

CIÊNCIA POLÍTICA

INFORMAÇÕES GERAIS

APRESENTAÇÃO

O Curso de Pós-Graduação em Ciências Políticas foi idealizado, objetivando desenvolver a reflexão teórica, além de levantar, armazenar e analisar dados empíricos em torno dos processos de formação de governo e o desempenho das instituições de representação e participação política. O curso também cobre o estudo dos processos decisórios no interior das instituições políticas, com especial ênfase no papel de interesses econômicos mais ou menos organizados em tais processos. Estudo feito utilizando-se dos paradigmas da escolha pública e dos ciclos políticos-eleitorais e de política econômica.

OBJETIVO

Promover o acréscimo intelectual sobre política, no tema institucional, valorizando a questão da democracia política, suas instituições e procedimentos.

METODOLOGIA

Em termos gerais, a metodologia será estruturada e desenvolvida numa dimensão da proposta em EAD, na modalidade online visto que a educação a distância está consubstanciada na concepção de mediação das tecnologias em rede, com atividades a distância em ambientes virtuais de aprendizagens, que embora, acontece fundamentalmente com professores e alunos separados fisicamente no espaço e ou no tempo, mas que se interagem através das tecnologias de comunicação. É importante salientar que a abordagem pedagógica que valorize a aprendizagem colaborativa depende dos professores e dos gestores da educação, que deverão tornar-se sensíveis aos projetos criativos e desafiadores. Fornecerá aos alunos conhecimentos para desenvolver competências que possibilitem o desempenho eficiente e eficaz dessas respectivas funções, na perspectiva da gestão estratégica e empreendedora, de maneira a contribuir com o aumento dos padrões de qualidade da educação e com a concretização da função social da escola.

Código	Disciplina	Carga Horária
7	Estado, Políticas Públicas e Legislação	45

APRESENTAÇÃO

Conceito de política educacional. Política educacional no Brasil. Democratização da escola pública. Educação e movimentos sociais. Legislação e normatização da Educação Básica: educação infantil e ensino fundamental. Plano Nacional de Educação.

OBJETIVO GERAL

Promover o acréscimo intelectual sobre política, no tema institucional, valorizando a questão da democracia política, suas instituições e procedimentos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Requalificar o tema democrático na arena pública, afastando as concepções que viam na democracia uma simples forma política.
- Abordar o direito eleitoral, social e público com associações nas áreas de teoria política e pensamento político brasileiro.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ABORDAGEM DO CICLO DE POLÍTICAS: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A ANÁLISE DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS O CICLO DE POLÍTICAS – IDEIAS CENTRAIS CRÍTICAS À ABORDAGEM DO CICLO DE POLÍTICAS IDEOLOGIA, POLÍTICA E EDUCAÇÃO CAPITALISMO E EDUCAÇÃO IDEOLOGIA, POLÍTICA E EDUCAÇÃO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, A QUESTÃO FEDERATIVA E OS MUNICÍPIOS: O REGIME DE COLABORAÇÃO E AS PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA 3 SIGNIFICADO DO REGIME FEDERATIVO SOBRE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO ARTICULADO AO SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO SOBRE O ATUAL PROJETO DE PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO O PROBLEMA DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO PROJETO DO NOVO PNE A QUESTÃO DO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO CONCLUSÃO: GESTÃO FEDERATIVA DA EDUCAÇÃO EM REGIME DE COLABORAÇÃO O ENSINO MÉDIO NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2011- 2020: SUPERANDO A DÉCADA PERDIDA?

REFERÊNCIA BÁSICA

AVRITZER, Leonardo; NAVARRO, Zander. (Org.). A inovação democrática no Brasil. São Paulo: Cortez, 2003.

AVRITZER, Leonardo; ANASTÁSIA, Fátima. A reforma política no Brasil. Belo Horizonte: Ed. UFMG, PNUD, 2006.

BACHRACH, Peter; BARATZ, Morton. Poder e decisão. In: CARDOSO, Fernando Henrique; MARTINS, Carlos Estevam. Política e Sociedade. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1979. 1 v.

BAQUERO, Marcello. A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

RIBEIRO, R.; NEDER, H. Juventude(s): desocupação, pobreza e escolaridade. Nova Economia, Belo Horizonte, v. 19, n. 31, p. 475- 506, set./dez. 2009.

ZIBAS, D.M.L. A função social do ensino médio na América Latina: é sempre possível o consenso? Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 85, p. 26-32, maio 1993.

ZIBAS, D.M.L. A reforma do ensino médio no Chile: vitrine para a América Latina? Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 115, p. 233-262, mar. 2002.

PERIÓDICOS

KUENZER, A.Z. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excluente. Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1153-1178, out. 2007.

APRESENTAÇÃO

Conceitos de ética e moral, sua dimensão nos fundamentos ontológicos na vida social e seus rebatimentos na ética profissional. O processo de construção do ethos profissional: valores e implicações no exercício profissional.

OBJETIVO GERAL

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Ética profissional na visão social em que vivemos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Refletir sobre as possibilidades e limites na Ética profissional.
- Compreender as concepções e evolução histórica da Ética profissional.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e pró-ativana Ética profissional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A ÉTICA E AS QUESTÕES FILOSÓFICAS LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº 01 É A ÉTICA UMA CIÊNCIA?
A ÉTICA E A CIDADANIA LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº 02 ÉTICA E DIREITOS HUMANOS A ÉTICA E A EDUCAÇÃO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº. 03 ÉTICA NA ESCOLA: FAÇA O QUE EU DIGO, MAS NÃO FAÇA O QUE EU FAÇO ÉTICA PROFISSIONAL, O GRANDE DESAFIO NO MERCADO DE TRABALHO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO N. 04 ÉTICA PROFISSIONAL É COMPROMISSO SOCIAL ESTUDO DE CASOS: ÉTICA PROFISSIONAL CASO 1 - UM GESTOR TEMPERAMENTAL CASO 2 - ÉTICA E CHOQUE CULTURAL NA EMPRESA CASO 3 - RESPEITO PELAS PESSOAS CASO 4 - CONSIDERAÇÕES PROVENIENTES DO COMITÊ DE ÉTICA A URGÊNCIA DE ATITUDES ÉTICAS EM SALA DE AULA

REFERÊNCIA BÁSICA

HUME, David. Investigação sobre o entendimento humano. Tradução André Campos Mesquita. São Paulo: Escala Educacional, 2006.

NALINI, José Renato. Ética Geral e Profissional. 7.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

PAIVA, Beatriz Augusto. Algumas considerações sobre ética e valor. In: BONETTI, Dilséa Adeodata et al. (Org.). Serviço social e ética: convite a uma nova práxis. 6.ed. São Paulo.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais – Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p.

CHALITA, Gabriel. Os dez mandamentos da ética. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 1997. COMPARATO, Fábio Konder. Ética: direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.

DOWBOR, Ladislau. A reprodução social: propostas para um gestão descentralizada. Petrópolis: Vozes, 1999. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PERIÓDICOS

APRESENTAÇÃO

A relação do ensino-aprendizagem na ação didática e no contexto da Educação a Distância no Brasil; EAD e a formação profissional; Ambiente virtual / moodle: conceito, funções e uso; Redes Sociais; Letramento Digital; Inclusão digital; Inovação pedagógica a partir do currículo e da sociedade de informação; Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC); As TIC abrindo caminho a um novo paradigma educacional; Cidadania, Ética e Valores Sociais; Pesquisas web.

OBJETIVO GERAL

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Educação a distância no contexto sócio educacional em que vivemos. Analisar a importância do emprego das novas mídias e tecnologias para a formação profissional.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Refletir sobre as possibilidades e limites da educação a distância (EaD).
- Compreender as concepções de educação a distância de acordo com sua evolução histórica.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e proativa do aluno da educação a distância.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

RELAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) 1. OS PILARES DO ENSINO UNIVERSITÁRIO 2. ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS PARA A RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS IES 3. LEI Nº 5.540/68 E AS IES EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS PARA AS IES 1. PAPEL DO PROFESSOR FRENTE ÀS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS 2. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E OS CURSOS EAD 3. AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM - 3.1 CIBERCULTURA OU CULTURAL DIGITAL - 3.2 O CIBERESPAÇO - 3.3 AS TIC COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM - 3.4 MOODLE - 3.5 REDES E INTERNET LETRAMENTO E INCLUSÃO DIGITAL 1. INCLUSÃO DIGITAL 2. TIC E NOVOS PARADIGMAS EDUCACIONAIS 3. CIDADANIA, ÉTICA E VALORES SOCIAIS METODOLOGIA CIENTÍFICA 1. A PESQUISA E SEUS ELEMENTOS - 1.1 ETAPAS DA PESQUISA 2. CLASSIFICAÇÃO 3. MÉTODO DE PESQUISA: 4. TIPOS DE DADOS 5. FASES DO PROCESSO METODOLÓGICO 6. PESQUISA E PROCEDIMENTOS ÉTICOS 7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

REFERÊNCIA BÁSICA

LEMKE, J. L. Educação, Ciberespaço e Mudança. Em: The Arachnet Electronic Journal on Virtual Culture. 22. 22 de Março de 1993. Vol 1. Nº 1. LÉVY, P. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993. _____. Cibercultura. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

LÉVY, P. O que é virtual? Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994. PAPERT, Seymour. A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática. Tradução de Sandra Costa. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Artmed, 1993. RAMAL, Andrea Cecília. Educação na cibercultura – Hipertextualidade, Leitura, Escrita e Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002. RICARDO, Stella Maris Bortoni. O professor pesquisador. Introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editora, 2008.

PERIÓDICOS

LEMKE, J. L. Educação, Ciberespaço e Mudança. Em: The Arachnet Electronic Journal on Virtual Culture. 22. 22 de Março de 1993. Vol 1. Nº 1.

76

Metodologia do Ensino Superior

30

APRESENTAÇÃO

A função sociocultural do currículo na organização do planejamento: temas geradores, projetos de trabalho, áreas de conhecimento. Análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Inovação curricular: metodologia de projetos e a interdisciplinaridade na organização curricular; Implicações didático-pedagógicas para a integração das tecnologias de informação e comunicação na educação.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar uma reflexão sobre a atuação do professor como agente de formação de cidadãos críticos e colaborativos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Aprimorar conceitos ligados a educação contemporânea;
- Reconhecer a importância do planejamento;
- Discutir o currículo escolar na educação de hoje;
- Analisar a Universidade, suas funções e as metodologias e didáticas que estão sendo empregadas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DOCÊNCIA SUPERIOR — UMA REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA BREVE HISTÓRICO SOBRE O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO FUNÇÃO DOCENTE NA SOCIEDADE CAPITALISTA FORMAÇÃO DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO: POSSIBILIDADES E OS LIMITES QUE COMPROMETEM UMA PRÁTICA REFLEXIVA A DIDÁTICA E O ENSINO SUPERIOR A DIDÁTICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO/TÉCNICO/OPERACIONAL OS DESAFIOS NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA O ENSINO UNIVERSITÁRIO QUESTÕES DE METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR – A TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL DA ATIVIDADE DE APRENDIZAGEM O ENSINO E O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO – O ENSINO DESENVOLVIMENTAL PLANO INTERIOR DAS AÇÕES PROCEDIMENTO METODOLÓGICO GERAL (EXPLÍCITAÇÃO) INTERNALIZAÇÃO DOS CONCEITOS REQUISITOS PARA O PLANEJAMENTO DO ENSINO ETAPAS DO PROCESSO DE ASSIMILAÇÃO DE GALPERIN MOMENTOS OU ETAPAS DA ATIVIDADE COGNOSCITIVA HUMANA PLANEJAMENTO DE ENSINO: PECULIARIDADES SIGNIFICATIVAS ESTRUTURA DE PLANO DE CURSO

REFERÊNCIA BÁSICA

ANDRÉ, Marli (org). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas: Papirus, 2001. (Prática Pedagógica). p. 55-68. CARVALHO, A. D. Novas metodologias em educação, Coleção Educação, São Paulo, Porto Editora, 1995. GARCIA, M. M.ª: A didática do ensino superior, Campinas, Papirus, 1994.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. História da Educação Brasileira. 4ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2009. GODOY: A didática do ensino superior, São Paulo, Iglu, 1998. LEITE, D., y MOROSINI, M. (orgs.): Universidade futurante: Produção do ensino e inovação, Campinas, Papirus, 1997. LIBÂNEO, José Carlos: Didática, São Paulo, Cortez, 1994. MASETTO,

PERIÓDICOS

PACHANE, Graziela Giusti. Educação superior e universidade: algumas considerações terminológicas e históricas de seu sentido e suas finalidades. In: Anais do VI Congresso Luso-brasileiro de História da Educação, 2006, p. 5227.

548

Serviço Social e a Gestão de Políticas Públicas

60

APRESENTAÇÃO

Globalização da economia e as mudanças no mundo do trabalho; questão social; estado brasileiro e tendências na gestão de políticas públicas; ação social na contemporaneidade: novas perspectivas do serviço social, emergência do terceiro setor e responsabilidade social corporativa.

OBJETIVO GERAL

Contribuir para a globalização econômica, o neoliberalismo e as transformações no mundo do trabalho.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Compreender a gestão de políticas públicas e os mecanismos de participação, tal como a presença e importância do terceiro setor, do voluntariado e da responsabilidade social empresarial no desenvolvimento de políticas públicas; Analisar a importância do serviço Social setor com mediador nas relações sociais no contexto da questão social. Transformar a informação em conhecimento por meio da Interdisciplinaridade com as diversas áreas do saber, para apreender a situação da desigualdade social nos espaços institucionalizados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA, O NEOLIBERALISMO E AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO. A GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA NEOLIBERALISMO. MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO. OS IMPACTOS DA GLOBALIZAÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO. A ATUALIDADE DA CATEGORIA TRABALHO. NEOLIBERALISMO, GLOBALIZAÇÃO E ALGUMAS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO. SERVIÇO SOCIAL, QUESTÃO SOCIAL E GLOBALIZAÇÃO: APORTES PARA O DEBATE. QUESTÃO SOCIAL NUM MUNDO GLOBALIZADO AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: HERANÇAS, TENDÊNCIAS E DESAFIOS. NOVAS TENDÊNCIAS NA ECONOMIA MUNDIAL E SUAS REPERCUSSÕES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS. AMEAÇAS E OPORTUNIDADES PARA O MOVIMENTO POPULAR O SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: DEMANDAS E . O SERVIÇO SOCIAL E A CONSOLIDAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO FRENTE ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS DO SÉCULO XXI. A FORMAÇÃO PROFISSIONAL: DO ENSINO À PESQUISA. O PROJETO NEOLIBERAL DE RESPOSTA À “QUESTÃO SOCIAL” E A FUNCIONALIDADE DO “TERCEIRO SETOR”. O NOVO TRATO À “QUESTÃO SOCIAL” NO CONTEXTO DA REFORMA DO ESTADO A INSTRUMENTALIZAÇÃO E A FUNCIONALIDADE DO “TERCEIRO SETOR” PARA PROJETO NEOLIBERAL.

REFERÊNCIA BÁSICA

ANTUNES, Ricardo (1999). Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, Boitempo. BRESSER Pereira, Luiz Carlos (1998). Reforma do Estado para a Cidadania. A reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. São Paulo, Editora 34. GUERRA, Yolanda (2000). “Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social”. Serviço Social & Sociedade, nº 62. São Paulo, Cortez. HARVEY, David (1993). A condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Parte II. São Paulo, Loyola.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

NETTO, José Paulo (1992). Capitalismo monopolista e Serviço Social. São Paulo, Cortez. PETRAS, James (1999). Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa. Blumenau, FURB. YAZBEK, Maria Carmelita (1995). “A política social brasileira dos anos 90: a refilantropização da questão social”. Cadernos Abong, nº 3. São Paulo,

PERIÓDICOS

CARLOS e. Montaño doutor em serviço social. Prof. Da ufrj. Autor dos livros la naturaleza del servicio social. Un ensayo sobre su génesis, su especificidad y su reproducción (1998) e microempresa na era da globalização (1999). Coordenador da biblioteca latinoamericana de servicio social (cortez). [Http://www.pucsp.br/heils/downloads/v8_carlos_montano.pdf](http://www.pucsp.br/heils/downloads/v8_carlos_montano.pdf)

APRESENTAÇÃO

Concepções de poder, democracia, política, Estado, nação e governo, regime e sistema político. O pensamento político dos principais filósofos e correntes filosóficas Greco-Romanos, Medievais, Modernas e Contemporâneas. Globalização, política e poder na pós-modernidade.

OBJETIVO GERAL

Possibilitar uma compreensão ampla sobre a história do ensino de Filosofia no Brasil, bem como sobre as metodologias, competências e conhecimentos que se espera desenvolver no ensino de Filosofia no Brasil atualmente.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Avaliar o tratamento que o ensino de filosofia recebeu do Estado em diferentes momentos da história do Brasil, desde o período colonial até à promulgação da Lei complementar nº 11.684 / Jun. 2008.
- Analisar diferentes estratégias e recursos didático-metodológicos específicos da Filosofia.
- Identificar as competências e habilidades tipicamente desenvolvidas pelo conhecimento filosófico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A POLÍTICA NA HISTÓRIA DA FILOSOFIA O FILÓSOFO-REI DE PLATÃO O HOMEM POLÍTICO DE ARISTÓTELES AGOSTINHO E AS DUAS CIDADES NICOLAU MAQUIAVEL E A AUTONOMIA DA POLÍTICA O HOMEM COMO LOBO DO HOMEM DE THOMAS HOBBES JOHN LOCKE, O ESTADO E A PROPRIEDADE JEAN-JACQUES ROUSSEAU, O CONTRATO SOCIAL E A DESIGUALDADE MONTESQUIEU E O PODER QUE LIMITA O PODER IMMANUEL KANT E ESTADO LIBERAL HEGEL E O ESPÍRITO UNIVERSAL KARL MARX E ESTADO CLASSISTA

REFERÊNCIA BÁSICA

EAGLETON, Terry. Marx e a liberdade. Tradução de Marcos B. de Oliveira. São Paulo: Editora UNESP, 1999, p. 47-52. Disponível em: <http://www.socialismo.org.br/portal/filosofia/157-livro/1675-marx-e-a-politica>. Acesso em: 20 Out. 2012 FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

MESQUITA FILHO, Júlio de. Maquiavel e Autonomia da Política. Disponível em: <http://www.brasilescola.com/sociologia/ciencia-politica-maquiavel.htm>. Acesso em: 20 Out. 2012.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. História da Filosofia. v. 1, São Paulo: Paulinas, 1990.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

CHAUÍ, Marilena, Convite à Filosofia, 13ª Ed., São Paulo: Editora Ática, 2005.

CABRERA, Julio. O cinema pensa: uma introdução à filosofia através dos filmes. Tradução de Ryta Vinagre, Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

KOHAN, Walter (Org.). Ensino de Filosofia: Perspectivas, Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PERIÓDICOS

Kant e a Filosofia Política. Disponível em: <http://www.videeditorial.com.br/dicionario-obras-basicas-da-cultura-occidental/d-e/escritos-politicos-de-kant.html>

325

Consciência Política e Histórica da Diversidade

45

APRESENTAÇÃO

A cor nos Censos brasileiros. O quesito cor, os critérios raciais e a identidade racial. Identidades raciais e linha de cor. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre Relações Raciais no brasil. Movimento da negritude.

OBJETIVO GERAL

Discutir a sistematização do racismo na sociedade brasileira, levando em consideração a ideologia imposta pela classe dominante branca, europeizada, e cristã quanto à necessidade da mulatização enquanto ação para o projeto de uma Nação autônoma.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Diferenciar Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem; Sugerir um quadro de referência para a interpretação do material sobre Relações Raciais no brasil; Descrever o quesito cor, os critérios raciais e a identidade racial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

INTRODUÇÃO A COR NOS CENSOS BRASILEIROS A COR NOS CENSOS CRITÉRIOS CONTEMPORÂNEOS DE COLETA O CRITÉRIO, A INSTRUÇÃO E A PRÁTICA O QUESITO COR, OS CRITÉRIOS RACIAIS E A IDENTIDADE RACIAL IDENTIDADES RACIAIS E LINHA DE COR PRECONCEITO RACIAL DE MARCA E PRECONCEITO RACIAL DE ORIGEM A - SUGESTÃO DE UM QUADRO DE REFERÊNCIA PARA A INTERPRETAÇÃO DO MATERIAL SOBRE RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL MOVIMENTO DA NEGRITUDE

REFERÊNCIA BÁSICA

MAGGIE, Yvonne. Cor, Hierarquia e Sistemas de Classificação: a diferença fora do lugar. Estudo. Históricos, Rio de Janeiro, val 7, n. 14, 1994, p. 149-160. SARTRE, J-P. Reflexões sobre o Racismo. Difusão Européia do Livro. S. Paulo. 1960. VIANNA, José Francisco de Oliveira. Raça a Assimilação. Rio de Janeiro. Livraria José Olympio .1959.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

DOMINGUES, Petrônio José. Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica Disponivel em: Acesso em: JAN/2013. MAGGIE, Yvonne. Cor, Hierarquia e Sistemas de Classificação: a diferença fora do lugar. Estudo. Históricos, Rio de Janeiro, val 7, n. 14, 1994, p. 149-160. SARTRE, J-P. Reflexões sobre o Racismo. Difusão Européia do Livro. S.Paulo. 1960. VIANNA, José Francisco de Oliveira. Raça a Assimilação. Rio de Janeiro. Livraria José Olympio .1959. PIZA, Edith;ROSEMBERG ,Fúlvia. Nos censos brasileiros. REVISTA USP, São Paulo, n.40, p. 122-137, dezembro/fevereiro 1998-99 123

PERIÓDICOS

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 19, n.

APRESENTAÇÃO

Concepções de Gestão como contexto sociocultural que influencia e é influenciado por normas e princípios emanados da sociedade. Compreensão das manifestações históricas e contemporâneas e suas repercussões na gestão pedagógica.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar fundamentação teórico/prática dos conhecimentos sobre o pensar, interpretar, problematizar, comparar e fazer sobre os saberes da gestão, cultura e sociedade.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Discutir as concepções de Gestão como contexto sociocultural que influencia e é influenciado por normas e princípios emanados da sociedade; Compreender das manifestações históricas e contemporâneas e suas repercussões na gestão, cultura e sociedade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, REFORMA ADMINISTRATIVA DO ESTADO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO
REFERÊNCIAS DOS PRIMEIROS ESCRITOS SOBRE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL AOS ESCRITOS SOBRE GESTÃO ESCOLAR: MUDANÇAS E CONTINUIDADES REFERÊNCIAS O SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA ESCOLA

REFERÊNCIA BÁSICA

BAGNO, M. Pesquisa na escola: o que é e como se faz. São Paulo: Loyola, 2003. DALMÁS, A. Planejamento participativo na escola. Petrópolis Vozes, 1994. LÜCK, H. A. A aplicação do planejamento estratégico na escola. Gestão em rede. n.19, abril, 2000. SOUZA, C. Por Que Mudam as Formas de Gestão Pública? In: Gestão Pública: a trajetória da função administração no Estado da Bahia. Cadernos FLEM – Fundação Luís Eduardo Magalhães. Salvador: FLEM, 2003.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

PINTO, G. A. Organização do Trabalho no Século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2007. PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Proposta da Sociedade Brasileira. Belo Horizonte, 1997. RIBEIRO, J. Q. Ensaio de uma teoria da Administração Escolar. São Paulo: Saraiva, 1986. SANDER, B. Administração da Educação no Brasil: genealogia do conhecimento. Brasília: Liber Livro, 2007a.

PERIÓDICOS

Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 23, n. 03, p. 421-447, set./dez., 2007b.

APRESENTAÇÃO

A natureza do conhecimento e do método científico. Planejamento, organização e sistematização de protocolos de pesquisa. Identificação dos diferentes métodos de investigação científica. Organização do estudo e da atividade acadêmica como condição de pesquisa. A documentação como método de estudo. Estrutura, apresentação e roteiro dos trabalhos acadêmicos. A normatização da ABNT.

OBJETIVO GERAL

Compreender os aspectos teóricos e práticos referentes à elaboração de trabalhos científicos, enfatizando a importância do saber científico no processo de produção do conhecimento.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Utilizar diferentes métodos de estudo e pesquisa;
- Ter capacidade de planejamento e execução de trabalhos científicos;
- Conhecer as etapas formais de elaboração e apresentação de trabalhos científicos;
- Saber usar as Normas Técnicas de Trabalhos Científicos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. INTRODUÇÃO 2 CONHECIMENTO E SEUS NÍVEIS 2.1 O QUE É CONHECIMENTO? / 2.2 TIPOS DE CONHECIMENTOS 2.3 CONHECIMENTO EMPÍRICO / 2.4 CONHECIMENTO FILOSÓFICO 2.5 CONHECIMENTO TEOLÓGICO / 2.6 CONHECIMENTO CIENTÍFICO 3 CIÊNCIA 3.1 CARACTERÍSTICAS DA CIÊNCIA / 3.2 DIVISÃO DA CIÊNCIA 3.3 ASPECTOS LÓGICOS DA CIÊNCIA / 3.4 CLASSIFICAÇÃO DAS CIÊNCIAS 4 MÉTODO CIENTÍFICO 4.1 MÉTODO CIENTÍFICO E CIÊNCIA / 4.2 MÉTODO DEDUTIVO 4.3 MÉTODO INDUTIVO 5 PROJETO DE PESQUISA 5.1 O QUE OBSERVAR EM PESQUISA / 5.2 TIPOS DE PESQUISA 5.3 PESQUISA EXPLORATÓRIA/ BIBLIOGRÁFICA / 5.4 PESQUISA DESCRIPTIVA 5.5 PESQUISA EXPERIMENTAL 6 FASES DA PESQUISA 6.1 QUANTO À ESCOLHA DO TEMA / 6.2 HIPÓTESE DE PESQUISA 6.3 OBJETIVO DE PESQUISA / 6.4 ESTUDOS QUANTITATIVOS 6.5 ESTUDOS QUALITATIVOS / 6.6 MÉTODO DE COLETA DE DADOS 6.7 FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS / 6.8 AMOSTRAGEM DE PESQUISA 6.9 ELABORAÇÃO DOS DADOS / 6.10 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS 6.11 RELATÓRIO DE PESQUISA 7 ARTIGO CIENTÍFICO 8 MONOGRAFIA 8.1 ESTRUTURA DA MONOGRAFIA 8.2 DETALHANDO OS ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS 8.3 ELEMENTOS TEXTUAIS 8.4 REFERÊNCIAS 8.5 APÊNDICE 8.6 ANEXO 9 CITAÇÕES DIRETAS E INDIRETAS CITAÇÕES INDIRETAS OU LIVRES CITAÇÃO 10 FORMATO DO TRABALHO ACADÊMICO 11 TRABALHOS ACADÊMICOS 11.1 FICHAMENTO 11.2 RESUMO 11.3 RESENHA 12 RECOMENDAÇÕES PARA EVITAR O PLÁGIO

REFERÊNCIA BÁSICA

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1993.

GALLIANO, A. G. (Org.). O método científico: teoria e prática. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1999.

KOCHE, José Carlos. Fundamento de metodologia científica. 3. ed. Caxias do Sul:UCS; Porto Alegre: EST, 1994.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022: Informação e documentação — Referências — Elaboração. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6027: Informação e documentação — Sumário — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: Informação e documentação — Trabalhos acadêmicos — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

LEHFEL, Neide Aparecida de Souza. Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

PERIÓDICOS

APRESENTAÇÃO

Introdução aos Estudos acerca do Direito Eleitoral, sua Organização, Sistemas e o Código Eleitoral no Brasil; Direito Eleitoral: Conceito e Classificação; Finalidade e Objeto do Direito Eleitoral; Direito Eleitoral: Autonomia e Relações; As Fontes do Direito Eleitoral; O Direito Eleitoral como elo entre a Democracia e a Representação Política; Os Princípios Constitucionais Estruturantes do Direito Eleitoral; O Peso dos Princípios dentro da Seara do Direito; Princípios Constitucionais Estruturantes; O Princípio da Anualidade; Inelegibilidades; Inelegibilidade Própria e Imprópria; Inelegibilidade Inata; Inelegibilidade Cominada; Inelegibilidade de Natureza não Eleitoral; Das Nulidades no Direito Eleitoral; A Justiça Eleitoral e o Direito Eleitoral; Competências da Justiça Eleitoral; As Atribuições da Justiça Eleitoral; Função Jurisdicional; Função Administrativa; Função Consultiva; Função Normativa; Conceito e Competências Do Tribunal Superior Eleitoral ? TSE; Conceitos e Competências dos Tribunais Regionais Eleitorais ? TER; Juízes Eleitorais: Origens e Competências; Os Conceitos e as Competências das Juntas Eleitorais; O Ministério Público Eleitoral; A Polícia Judiciária Eleitoral; Os Sistemas Eleitorais; O Sistema Majoritário; O Sistema Proporcional; O Sistema Misto; Os Direitos Políticos-Partidários; A Soberania Nacional; O Regime Democrático; O Pluripartidarismo; Os Direitos Fundamentais da Pessoa Humana; O Código e as Leis Eleitorais; As Leis das Eleições.

OBJETIVO GERAL

Diferenciar a introdução aos estudos acerca do direito eleitoral, sua organização, sistemas e o Código eleitoral no Brasil.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Conhecer o direito eleitoral como elo entre a democracia e a representação política; Saber os princípios constitucionais estruturantes do direito eleitoral; Entender a importância da justiça eleitoral e o direito eleitoral.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS ACERCA DO DIREITO ELEITORAL, SUA ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E O CÓDIGO ELEITORAL NO BRASIL DIREITO ELEITORAL: Conceito e Classificação FINALIDADE E OBJETO DO DIREITO ELEITORAL DIREITO ELEITORAL: Autonomia e relações AS FONTES DO DIREITO ELEITORAL O DIREITO ELEITORAL COMO ELO ENTRE A DEMOCRACIA E A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS ESTRUTURANTES DO DIREITO ELEITORAL O PESO DOS PRINCÍPIOS DENTRO DA SEARA DO DIREITO PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS ESTRUTURANTES O PRINCÍPIO DA ANUALIDADE INELEGIBILIDADE INELEGIBILIDADE PRÓPRIA E IMPRÓPRIA INELEGIBILIDADE INATA INELEGIBILIDADE COMINADA INELEGIBILIDADE DE NATUREZA NÃO ELEITORAL DAS NULIDADES NO DIREITO ELEITORAL A JUSTIÇA ELEITORAL E O DIREITO ELEITORAL Competências da justiça eleitoral AS ATRIBUIÇÕES DA JUSTIÇA ELEITORAL Função jurisdicional Função administrativa Função consultiva Função normativa CONCEITO E COMPETÊNCIAS DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - TSE CONCEITOS E COMPETÊNCIAS DOS TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS – TER JUÍZES ELEITORAIS: ORIGENS E COMPETÊNCIAS OS CONCEITOS E AS COMPETÊNCIAS DAS JUNTAS ELEITORAIS O MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL A POLÍCIA JUDICIÁRIA ELEITORAL OS SISTEMAS ELEITORAIS O SISTEMA MAJORITÁRIO O SISTEMA PROPORCIONAL O SISTEMA MISTO OS DIREITOS POLÍTICOS-PARTIDÁRIOS A SOBERANIA NACIONAL O REGIME DEMOCRÁTICO O PLURIPARTIDARISMO OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA PESSOA HUMANA O CÓDIGO E AS LEIS ELEITORAIS AS LEIS DAS ELEIÇÕES

REFERÊNCIA BÁSICA

BOUDOUIN, Jean. Introdução à Sociologia Política. 1. ed. Lisboa: Estampa, 2000. BRASIL. Constituição República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: . Acesso em: 21 mar. 2011. CINTRA, Antônio Otávio. Presidencialismo e parlamentarismo: são importantes as instituições. In: AVELAR, L.; CINTRA, A. O. Sistema político brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer e São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Lei n. 9.096 de 19 de setembro de 1995. CAGLIANO, Mônica Hermann Salem. Direito Parlamentar e Direito Eleitoral. Manole, 2004. CÂNDIDO, Joel José. Direito eleitoral Brasileiro. Bauru (SP): Edipro, 2006. DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho. 8 ed. São Paulo: LTR, 2009. FARAH, Saldo. Dicionário parlamentar e político: o processo político e legislativo no Brasil. São Paulo: Melhoramentos, 1996.

PERIÓDICOS

ALMEIDA, Roberto Moreira de. Introdução ao direito eleitoral (2011). Disponível em: . Acesso em: 10 fev. 2016. AMORIM, Mônica Moreno de. O sistema eleitoral brasileiro como parâmetro de modernidade. Presidente Prudente: Faculdade de Direito de Presidente Prudente, 2011. ARAS, Augusto. Fidelidade partidária – a perda do mandato parlamentar. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

4760

Políticas Sociais em Assistência Social e Educação

30

APRESENTAÇÃO

Equipe de rua para pessoas sem-abrigo. Estratégias de Intervenção com Grupos de Risco. Prevenção secundária. Prevenção terciária. Prevenção quaternária. Fatores de risco e de proteção. Abordagens estratégicas em prevenção. Delinquência juvenil: condutas antissociais e distúrbios de conduta. O adolescente e a escola. A intervenção na conduta antissocial dos jovens. Lei tutelar Educativa e Centros Educativos.

OBJETIVO GERAL

Viabilizar a compreensão sobre o Serviço Social e a Educação – aproximações e fundamentos teórico-metodológicos, bem como a identificação das demandas da política educacional.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Proporcionar informações sobre a função social da escola, com direcionamento para o estudo da Pedagogia Social;

Analizar o processo de construção profissional do assistente social na Educação e sua relação multiprofissional com os demais agentes que atuam nos espaços educativos – debate contemporâneo sobre a inserção do assistente social também como profissional da educação; Discutir o perfil profissional do assistente social nessa política social.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

EDUCAÇÃO SOCIAL: POLÍTICAS SOCIAIS E PARTICIPAÇÃO EDUCAÇÃO SOCIAL: UMA ÁREA COM MÚLTIPHAS RELAÇÕES INTERVENÇÃO SOCIAL PROFISSIONAIS DA INTERVENÇÃO SOCIAL FINALIDADES, FUNÇÕES BÁSICAS, VALORES E BASES DA INTERVENÇÃO SOCIAL FUNÇÕES BÁSICAS E DIMENSÕES AJUDA VALORES RESPOSTAS SOCIAIS EQUIPE DE INTERVENÇÃO DIRETA CENTRO DE ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL CENTRO DE ATENDIMENTO EQUIPA DE RUA PARA PESSOAS SEM-ABRIGO ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO COM GRUPOS DE RISCO PREVENÇÃO SECUNDÁRIA PREVENÇÃO TERCIÁRIA PREVENÇÃO QUATERNÁRIA FATORES DE RISCO E DE PROTEÇÃO ABORDAGENS ESTRATÉGICAS EM PREVENÇÃO DELINQUÊNCIA JUVENIL: CONDUTAS ANTISSOCIAIS E DISTÚRBIOS DE CONDUTA O ADOLESCENTE E A ESCOLA A INTERVENÇÃO NA CONDUTA ANTISSOCIAL DOS JOVENS LEI TUTELAR EDUCATIVA E CENTROS EDUCATIVOS TOXICODEPENDÊNCIA CICLO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA TIPOS DE VIOLÊNCIA QUAIS OS PROCEDIMENTOS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS, EDUCAÇÃO SOCIAL E SÓCIO EDUCAÇÃO.

REFERÊNCIA BÁSICA

ABRAPSocial. Proposta de Substitutivo ao Projeto de Lei Nº 5346/2009, de autoria do Deputado Federal Chico Lopes (PCdoB/CE).

BRASIL, Câmara Federal, Projeto de Lei Nº 5346/2009 que dispõe sobre a criação da profissão de educador e educadoras social e dá outras providências, Brasília, 2009.

CABALLO V., M^a. B.; GRADAÍLLE P.,R. La educación social como práctica mediadora en las relaciones escuela-comunidad local. In: SIPS, Revista Interuniversitaria de Pedagogia Social, nº15, mar. 2008. p.45-56.

FERREIRA, A. B. H. Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BEHRENS, M. A. Políticas de formação do professor: caminhos e perspectivas. Curitiba, Champagnat, 2011. p.97-116.

MOLINA, J. De nuevo la Educación Social. Madrid, Dykinson, 2003.

NUNEZ, V. Participación y Educación Social. In: SILVA, R.; SOUZA NETO, J. C.; MOURA, R. A (Orgs.) Pedagogia Social. São Paulo; Expressão e Arte, 2009.

TRILLA, J. L'Aire de Família" de la pedagogia social". Temps d'Educació, 15, 1996, 39-57. TRILLA, J. O universo da Educação Social. In: ROMANS, M.; PETRUS, A. TRILLA, J. Profissão: Educador Social. Porto Alegre, Artmed, 2003. p.13-46

PERIÓDICOS

PARCERISA A., A. Educación social em y com la institución escolar. In: SIPS, Revista Interuniversitaria de Pedagogia Social, nº 15, mar. 2008. p.15-28.

20

Trabalho de Conclusão de Curso

30

APRESENTAÇÃO

Orientação específica para o desenvolvimento dos projetos de conclusão de curso. Elaboração e apresentação de trabalho de conclusão de curso.

OBJETIVO GERAL

Pesquisar e dissertar sobre um tema relacionado à sua formação no curso de pós-graduação.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Construir, mediante a orientação de um docente, o Trabalho de Conclusão de Curso tendo em vista a temática escolhida e o cumprimento das etapas necessárias.
- Apresentar e argumentar sobre o referido trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. DELIMITAÇÃO DA PROBLEMÁTICA, OBJETIVOS E LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO; CONSTRUÇÃO DA MATRIZ ANALÍTICA (PROJETO DE TCC); 2. DEFINIÇÃO E DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA A SER EMPREGADA NO ESTUDO; 3. MONTAGEM DO PROJETO DE TCC; 4. APRESENTAÇÃO DO PROJETO; 5. COLETA E ANÁLISE DE DADOS; 6. REDAÇÃO DA DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS; 7. MONTAGEM FINAL DO TCC; 8. APRESENTAÇÃO DO TCC; 9. AVALIAÇÃO DO TCC; 10. CORREÇÃO E ENTREGA DA VERSÃO FINAL DO TCC.

REFERÊNCIA BÁSICA

DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. 2.ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: ATLAS, 1988.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

KÖCHE, José C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1997 SÁ, Elizabeth S. (Coord.). Manual de normalização de trabalhos técnicos, científicos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1994.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PERIÓDICOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 2003. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2008.

Avaliação será processual, onde o aluno obterá aprovação, através de exercícios propostos e, atividades programadas, para posterior. O aproveitamento das atividades realizadas deverá ser igual ou superior a 7,0 (sete) pontos, ou seja, 70% de aproveitamento.

SUA PROFISSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

O curso destina-se aos Gestores Públicos, Figuras Políticas, Historiadores, Sociólogos, Advogados ou portadores de diploma de curso de nível superior, interessados em aprimorar sua qualificação técnica para a ciência da política.